Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

Janaína Fernanda Battahin
janainabattahin@hotmail.com
Mestranda em Desenvolvimento econômico pela UNICAMP
Artigo submetido a 6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós Graduação em História Econômica
Área Temática: História do Pensamento Econômico

RESUMO

Este artigo procura compreender o lugar do livro *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* escrito em 1957 no conjunto das reflexões de Caio Prado Júnior. A hipótese de trabalho é que nesta obra o autor altera seu instrumento de estudo: passa de uma reflexão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros para uma análise da teoria econômica, ou seja, de uma análise social para uma visão baseada no conhecimento econômico. A proposta é a criação de uma teoria econômica que contemple a realidade periférica, aplicando-se àqueles países cuja situação econômica guarda especificidades em relação às economias desenvolvidas. Completa-se o estudo com uma breve análise de *História e Desenvolvimento*, obra escrita em 1968, argumentando-se que esta conclui a análise de 1957, deixando explícito que o grande diferencial dessa teoria é incorporar o processo de formação histórica, econômica e social brasileira, sem a qual não é possível desvendar os dilemas do presente. Conclui-se que para Caio Prado Júnior não há uma teoria econômica pronta para os países atrasados, mas uma interpretação de seus dilemas econômicos, explicados pelo passado, fator esse desconsiderado pelas teorias clássicas aplicadas aos países subdesenvolvidos.

Palavras-chave: teoria econômica; História do Pensamento Econômico no Brasil; Caio Prado Júnior, Desenvolvimento Econômico; História Econômica do Brasil.

ABSTRACT

The present work is mainly aimed to comprehend the representation of the book Fundamentals's Sketch of Economic Theory written in 1957 in the set of reflections of Caio Prado Junior. The work's hypothesis is that in this book the author changes his instrument of study: It pass from a reflection on the formation of the Brazilian nation and social dilemmas to an analysis of economic theory, in other words, it pass from a social analysis to a view based on economic knowledge. The proposal is to create an economic theory that considers peripheral reality, by applying to those countries whose the economic situation keep specificities toward developed economies. The study is completed with a brief review of the book History and Development, written in 1968, arguing that it's concludes the analysis of 1957 showing that the great advantage of that theory is to incorporate the Brazilian process of historical formation, economic and social which without it is not possible to unravel the present dilemmas. It's conclude t in the opinion of Caio Prado Júnior that there is not a finished economic theory to the backward countries, nonetheless an interpretation of their economic dilemmas, explained by the past, this factor was overlooked by the classical theories applied to underdeveloped countries.

Keywords: Economic theory; History of Economic Thought in Brazil; Caio Prado Júnior; Economic Development; Brazil's Economic History.

Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

Janaína Fernanda Battahin

Introdução

Segundo Prado Júnior (1942) o Brasil, diferentemente dos países com certo grau de desenvolvimento (países que romperam suas amarras com o passado) precisa buscar no passado a solução dos problemas atuais. Considerando que um dos principais problemas brasileiros consiste em sua dependência econômica em relação aos países desenvolvidos, as preocupações de Caio Prado Júnior, ao longo das décadas de 1940 e 1950, concentraram-se em captar a formação histórica do Brasil, bem como delinear os principais problemas do presente, buscando soluções, tanto da herança do passado, quanto de perspectivas de futuro. O presente trabalho, abordando o diagnóstico que Caio Prado elaborou nos anos de 1950, faz uma análise sobre os problemas econômicos brasileiros, sem eliminar suas considerações sobre a formação do Brasil contemporâneo, evidenciando a importância de estudar a teoria econômica e tentar compreender suas dificuldades de adaptação na realidade brasileira.

O objetivo central é compreender o lugar do livro *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* escrito em 1957 no conjunto de reflexões de Caio Prado Júnior, levando em consideração que, embora tendo como principal caraterística a reflexão sobre a história para compreender os dilemas do presente, ocorre uma alteração no instrumental utilizado pelo autor para compreendê-lo, que passa de uma reflexão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros para um diagnóstico no qual, os problemas econômicos são o elemento chave para diagnosticar o presente e sugerir normas para a ação. Argumenta-se ainda, que essa passagem do social para o econômico pode ser explicada também pelos debates intelectuais dos anos de 1950, no qual a economia se torna o principal instrumental de conhecimento para compreender o presente, ao contrário da análise social que predominou nos anos de 1930 e 1940. Nesses anos a principal forma de compreender a realidade brasileira era através das ciências sociais, interpretando o passado brasileiro (CANDIDO, 1984, pp. 27- 36).

A partir dos anos de 1950 o objeto que compreende o presente passa a ser o estudo das relações econômicas. Isso evidencia a mudança da visão de Caio Prado Júnior em 1957. Em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* Caio Prado Júnior foi além de uma análise histórica recorrendo

à teoria econômica que se transformou na principal forma de compreender o presente, tendo com principal objetivo enfatizar as dificuldades da sua adaptação em países com características colonial-históricas. No Brasil, o tipo de colonização por exploração criou um nexo de dependência e um foco nas necessidades de demanda externa, o que se mostra completamente diferente nos países desenvolvidos – como os países europeus e os Estados Unidos - onde o grande arsenal teórico econômico se desenvolveu a partir da compreensão das transformações que estavam ocorrendo nos países desenvolvidos.

Para compreender o papel de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, cabe ao trabalho apresentar uns dos principais argumentos de Caio Prado Júnior em 1957, ano em que o cenário nacional passa por várias mudanças, principalmente com o Plano de Metas e o surgimento de vários modelos no pensamento econômico que tentavam encontrar soluções para a problemática brasileira do subdesenvolvimento. Esse argumento consistia em defender a ausência de uma teoria econômica que levasse em consideração as características dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Caio Prado Júnior tenta mostrar na obra de 1957 a importância da teoria e da prática estarem juntas e sempre relacionadas – como já havia feito em suas publicações anteriores evidenciando que os grandes autores que discutiam economia direcionavam seus argumentos à realidade que presenciavam. A realidade era a de países precursores do capitalismo e do desenvolvimento. No Brasil a falta de uma teoria que entendesse a prática (a realidade) fez com que adotássemos teorias prontas e relacionadas aos países desenvolvidos, com uma história diferente da nossa, sendo clara a necessidade de uma teoria relacionada à prática brasileira, que possui muitas dificuldades econômicas, estruturais, sociais e históricas. Percebe-se que Caio Prado Júnior não considera as teorias existentes adequadas para o caso brasileiro e, assim, fica implícita a necessidade de se construir, dialeticamente, uma teoria para esse caso específico. Caio Prado em *Formação do Brasil Contemporâneo* publicado em 1942 já discutia o atraso brasileiro, afirmando que as raízes do mesmo estavam na excessiva dependência do comércio internacional e na debilidade da dinâmica econômica interna, estando o desenvolvimento e a superação do passado colonial ligados à superação do sentido da colonização. Dessa forma, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* evidencia a preocupação do autor em averiguar as teorias econômicas difundidas no panorama mundial, em uma releitura minuciosa dos autores clássicos, como base para uma possível teoria que abarque as reais necessidades de países com o Brasil, mostrando que nas áreas subdesenvolvidas existe a ausência de uma teoria que compreenda a realidade de países atrasados e de economias dependentes, tornando-se necessária a criação de uma teoria que considere a prática dos países subdesenvolvidos ao invés de fazer-se uma tentativa de adaptação de teorias feitas para a realidade dos países desenvolvidos.

Para tanto, iremos evidenciar as peculiaridades discutidas por Caio Prado em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, em seguida discutir a teoria do desenvolvimento econômica construída pelo autor, para por fim, abordar as perspectivas para ação propostas.

A obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

De *Formação do Brasil Contemporâneo* à *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

A maturidade intelectual de Caio Prado Júnior já havia se desenvolvido consideravelmente no início da Segunda Guerra Mundial, segundo Paulo Teixeira Iumatti em *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual* (IUMATTI, 2007). Em 1942 publicou aquela que seria sua tão prestigiada e discutida obra, *Formação do Brasil Contemporâneo* que trouxe uma interpretação sobre o Brasil de "hoje"[1], convencendo os leitores dos obstáculos que o passado colonial brasileiro causava, impedindo o desenvolvimento da nação. Colocou a tríade "população, vida material e vida social" presentes na obra de 1942, em um jogo dialético apresentando traços pioneiros em relação aos trabalhos de outros historiadores. Essa obra trouxe uma nova maneira de interpretar o Brasil. Para Iumatti, Caio Prado tinha como preocupação tornar o discurso historiográfico marxista menos dogmático, atingindo um nível elevado de elaboração metodológica. Após as críticas recebidas com a publicação de seu primeiro livro *Evolução política do Brasil* (1933), que mostrava a interpretação materialista da História afirmando que não tinha a intenção de fazer uma análise tradicional sobre o tema, o autor tenta dialogar com os diferentes setores da sociedade abrindo as portas às alianças políticas. *Formação do Brasil Contemporâneo* distancia-se da *Evolução Política do Brasil* ao procurar demonstrar a força do conhecimento para compreensão da vida e as possibilidades de orientação da mesma.

O significado da obra de Caio Prado na historiografia pode ter como peça fundamental a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, pois a partir da publicação da mesma os esforços do autor se concentraram na síntese da história econômica brasileira. Em 1945 é publicada *História Econômica do Brasil*, que contribuiu de maneira decisiva para a compreensão das questões nacionais, interpretando a história brasileira sob um ponto de vista marxista e se tornando indispensável para o entendimento das características estruturais do Brasil, dos dilemas herdados pelo seu passado colonial e os possíveis caminhos para superá-los.

[1] O Brasil de hoje para Caio Prado era o Brasil de 1942.

Em 1952 publicou *Dialética do Conhecimento*, em 1953 *Evolução Política do Brasil e outros estudos* e em 1954 *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, obras essas não tão conhecidas pelos leitores. José Carlos Reis afirma em seu artigo *Anos 1960: Caio Prado Jr e "A Revolução Brasileira"* que as grandes obras de Caio Prado sempre apresentam uma indagação sobre o sentido da história brasileira. Para Plínio de Arruda Sampaio Júnior (1997) a obra de Caio Prado Júnior nos fornece importantes elementos para uma análise minuciosa sobre a problemática do desenvolvimento nacional, enfatizando a necessidade de superar as relações internas e externas que geram o subdesenvolvimento. Através da leitura da obra de Caio Prado, procura-se encontrar as respostas para os problemas contemporâneos dos países de capitalismo dependente através de uma análise de suas estruturas e dinâmicas. As nações emergentes possuem excessiva dependência em relação aos países desenvolvidos. Essas nações emergentes apresentam dificuldades em utilizar o capitalismo para gerar eficiência econômica e bem-estar da população e isso faz com que o país se direcione à barbárie, contrariando o desenvolvimento. Ou seja, a posição de dependência brasileira em relação aos países desenvolvidos resulta em um abandono à construção de uma nação, caminhando em direção à situação de crise e barbárie, propondo Plínio uma revisão dessa dependência em relação ao capital estrangeiro, eliminando o abismo social e a cópia dos padrões de consumo dos países ricos (SAMPAIO JÚNIOR, 1997).

Caio Prado Júnior assume uma nova maneira de pensar o conformismo político e social das sociedades dependentes. Suas novas interpretações mostram que as teorias convencionais nos foram impostas e que a tendência dos países capitalistas não deve ser aceita sem nenhum questionamento. Percebendo os desafios do desenvolvimento nacional e a ausência de teorias e instrumentos analíticos adequados é que Caio Prado Júnior escreve em 1957, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* onde apresenta sua argumentação sobre os modelos econômicos utilizados em uma realidade completamente diferente e peculiar, da realidade dos países subdesenvolvidos. O trabalho é dedicado à discussão sobre essa obra. A seguir, discutimos a importância do estudo da teoria econômica, estudo esse feito por Caio Prado Júnior na obra de 1957.

Por que estudar a teoria econômica?

Já apresentada a caminhada trilhada por Caio Prado até a publicação de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* em 1957 é necessário nesse momento compreender a importância em estudar a teoria econômica. Para isso será feita uma exposição sobre as características da teoria tradicional, sobre a crítica de Caio Prado às mesmas e sua conclusão sobre como países como o Brasil as utilizaram e quais as suas reais necessidades. Sabe-se que a ciência econômica não possui regras

fixas e imutáveis, permitindo que inúmeras correntes de pensamento econômico surgissem, como os clássicos, neoclássicos, novo-clássicos, keynesianos, novos-keynesiasnos, pós-keynesianos, dentre outros. Porém, desse vasto repertório teórico irrompem divergências. A teoria clássica tomou forma com a publicação de *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* em 1776 de Adam Smith, obra que convence o leitor da época de que a iniciativa individual opera no mercado e que a "mão invisível" orienta de forma espontânea a economia para o ponto de ótimo econômico (DROUIN, 2008).

Até 1929 era consenso entre os economistas mais influentes que o mercado, ao funcionar livremente, era capaz de equilibrar oferta e demanda, imperando até essa época o liberalismo. Com a Grande Depressão de 1930, que mostrou aos economistas que o momento era diferente de tudo que já havia acontecido, pois tratava-se na época não mais de uma simples recessão, o intervencionismo tomou forma e surgiu como uma maneira de tentar reverter a crise. Assim, John Maynard Keynes ganha força e dissemina seus argumentos sobre importância da intervenção estatal para resolução dos problemas econômicos. Tem-se assim, o panorama geral sobre o liberalismo e o intervencionismo.

Outra discussão que cabe aqui ser feita é a diferenciação entre ortodoxia e heterodoxia econômica, que formam a base do pensamento e da teorização da economia. A ortodoxia defende a neutralidade da moeda, a tendência natural da economia para o pleno emprego, a existência de um mercado livre e uma atuação mínima do Estado. A Teoria do Equilíbrio Geral e a Lei de Say são pilares fundamentais da teoria ortodoxa. A primeira afirma que o ponto de eficácia máxima é alcançado através de um funcionamento livre do mercado e da flexibilidade dos preços e dos fatores de produção, enquanto a segunda prega que toda oferta adicional gera uma demanda adicional, ressaltando a importância do investimento (DROUIN, 2008). Os heterodoxos, por sua vez, discordam dos ortodoxos, tendo como um dos principais representantes, Keynes. Como já foi enunciado anteriormente, após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, houve um período de depressão, passando alguns economistas a defender a importância da intervenção do Estado (HOBSBAWM, 1995). Essa corrente defendia a ideia da estabilização da economia capitalista e a manutenção do pleno emprego, tendo como efeito colateral a inflação, que ganhou importância posteriormente. Porém, mesmo tentando ter uma pretensão de servir universalmente, o pensamento ortodoxo e heterodoxo não traz em seu arcabouço teórico economias como a do Brasil, não se adequando a essa realidade. O problema está em o desenvolvimento de o pensamento econômico ter como berço países como Inglaterra e Estados Unidos, onde o processo de industrialização e os objetivos da colonização foram completamente diferentes do Brasil.

Caio Prado Júnior afirma que esses modelos econômicos são apenas expressões matemáticas, tornando-se aplicáveis em níveis mais abstratos, em economias com um dinamismo próprio do

sistema capitalista. Em sua obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, refaz a história do pensamento econômico para caminhar em direção à construção de uma teorização e sistematização da prática que deixe de lado a teoria clássica, procurando uma forma de solucionar os problemas peculiares dos países dependentes. A argumentação consiste em utilizar o método da dialética marxista, ou seja, em transportar a prática para a teoria de forma que a mesma constitua-se levando em consideração o passado colonial brasileiro, sua dependência externa, sua economia de caráter primário - exportador, buscando fugir de aplicações de teorias abstratas em uma realidade completamente particular como a do Brasil e construir uma teoria que se aplique aos países subdesenvolvidos. Vejamos a aplicação desse método.

Ao discutir grandes pensadores como Smith, Ricardo e Marx, o leitor de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* percebe a correlação entre a teoria econômica e a consolidação do capitalismo. Nesse cenário, teoria e prática, unem-se e formam a Economia Política Clássica. Nos países subdesenvolvidos, porém, isso não ocorre, pois não houve uma teoria econômica da sua formação, sendo Caio Prado Júnior o construtor de uma teoria que considere as peculiaridades brasileiras. Caio Prado evidencia em sua obra o papel de Adam Smith na compreensão do sistema capitalista. O autor de *A riqueza das Nações* enxergou a natureza social do valor, descartando o valor do uso e analisando o valor da troca. Na teoria do valor e no sistema capitalista tinha-se de um lado a natureza e o padrão de medida do valor de troca e do outro, a lei do valor que consiste numa norma reguladora onde os bens se distribuem de acordo com a quantidade de trabalho realizado. As perturbações do sistema capitalista giram em torno da possibilidade e eventualidade de transformação desse sistema.

David Ricardo, por sua vez, presente no florescimento industrial e capitalista da Inglaterra, avançou no desenvolvimento da teoria do valor de Smith, analisando interiormente o capitalismo, assentando toda sua análise no trabalho, enquanto Smith trabalhou sempre à margem deste. Segundo Ricardo, o valor de troca das mercadorias era determinado pelo tempo de trabalho gasto na produção, matérias-primas e instrumentos de trabalho. Já o padrão do valor do trabalho era expresso monetariamente pelo salário, meio de subsistência do trabalhador.

A diferença entre o valor dos meios de subsistência (juntamente com os bens consumidos na produção) e o valor da mercadoria produzida era revertida para o capitalista sobre a forma de lucro. A última questão da teoria do valor foi resolvida por Marx, que desenvolveu a natureza do lucro no sistema capitalista, a chamada mais-valia. No século XIX, época em que desenvolveu sua ideia sobre o tema, o capitalismo estava maduro e a diferenciação e separação de classes era nítida. Marx argumentava da seguinte forma: no sistema capitalista havia de um lado a classe trabalhadora detentora da força de trabalho conhecida como proletariado, e do outro lado os detentores dos meios

de produção e bens econômicos, a classe burguesa que se beneficiava da mais-valia. Assim, essa diferenciação gera uma luta de classes que poderia ser solucionada de duas maneiras: conservação do sistema, aperfeiçoando-o e assim justificando seu funcionamento ou transformação (situa-se a teoria econômica política burguesa) e destruição (situa-se a teoria econômica do proletariado, o então marxismo) do mesmo. A pergunta a ser respondida é a de como podemos explicar o valor de troca criada pelo trabalho ser superior ao valor de troca desse mesmo trabalho. A teoria ortodoxa e conservadora se valerá dos argumentos de Smith e de Ricardo, criticando o trabalho como exclusiva fonte de valor. A explicação é que essa diferença entre força de trabalho e mercadoria produzida por essa força existe, pois há também uma contribuição do capital e da terra, argumentos esses que persistiam segundo Prado Júnior, até aqueles dias. O socialismo vulgar, por sua vez, defensor da destruição do sistema conclui que o valor tem fonte exclusiva no trabalho e o trabalhador tem direito total a esse mesmo valor. O trabalhado sofre espoliação, devendo por isso ser eliminado. Prado Júnior argumenta que a principal falha da teoria socialista é que a mesma elimina o automatismo e a lei do valor, envolvendo um fator ético que não é medido por essa teoria.

> A lei do valor, que é uma lei natural, não pode sofrer exceções, sobretudo uma exceção que diz respeito ao elemento fundamental de todo sistema. Se é o valor que determina a proporção em que as mercadorias são trocadas, e isso precisamente porque é a base do esforço de produção nelas despendido que aquele valor é computado (e isso constitui a essência da teoria econômica), como então justamente esse trabalho, mercadoria como as demais, é avaliado e trocado, isto é, pago pelo seu valor? A exceção que os socialistas introduzem na teoria do valor joga essa teoria por terra, destrói-a em seus fundamentos. E destrói com isso a própria concepção que atribui ao trabalho a produção do valor (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 60).

Para Caio Prado a teoria econômica do socialismo vulgar (anterior à Marx) possui uma inconveniência irremovível, portando precárias bases teóricas, se opondo à Marx e Engels. A contribuição marxista é de suma importância, já que a mesma consegue deixar de lado as preocupações de ordem "ética". Não existe assim, "injustiça" (afirmada pelo socialismo vulgar) na troca de trabalho e salário, valendo o trabalho exatamente o salário pago, adquirindo o capitalista o valor de troca do trabalho. O sistema capitalista consiste em o capitalista que paga pelo trabalho o valor de troca obter um produto de valor maior.

> Iludem-se, portanto, os socialistas utópicos e reformistas quando pretendem eliminar a exploração do trabalho através de uma correta e justa aplicação da lei do valor; é precisamente dessa correta e justa aplicação que deriva a exploração (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 64).

Para solucionar a questão operária e eliminar a exploração do trabalho basta uma adequada interpretação da economia capitalista, como a realizada pelo marxismo. A solução é eliminar o

privilégio de uma das partes do sistema que é a classe detentora dos meios de produção, através da abolição da propriedade privada, implantando assim o socialismo, sendo isso o marxismo. Os economistas ortodoxos afirmam que o valor da mercadoria provém além do trabalho, de outros fatores como a terra e o capital. A mais-valia resultaria dos demais fatores que colaboram para a produção. Assim, para a economia ortodoxa não são os elementos naturais, mas esses recursos apropriados pelo homem que constituem a fonte do valor. O capital é uma fonte de valor, desenvolvendo-se quando invertido na atividade produtiva. O valor possui três fontes geradoras, segundo os ortodoxos, o capital, a terra e o trabalho. Mas a teoria ortodoxa tem dificuldades de explicar o quanto do valor criado se distribui entre os fatores de produção. Ela atribui à causa o que na verdade constitui o efeito do valor.

> Notemos aqui mais uma vez, a natureza praticista da teoria econômica ortodoxa e sua inspiração na experiência e nas necessidades teóricas imediatistas da classe dominante dos capitalistas e empresários da produção. Para estes o que interessa são valores monetários, que é aquilo com que lidam e que exprime o resultado das suas vendas e os pagamentos que têm de efetuar aos agentes que participam da produção; que exprimem em suma a receita e despesa realizadas em seus negócios e de cuja diferença resulta o lucro que esperam e que é tudo quanto os preocupa. É sobre isso que desejam e precisam se informar, e é disso que tratará a Economia Política, seja embora com formulações mais ou menos ambíguas que disfarçam seus verdadeiros propósitos (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 70).

O principal objetivo da Economia Política ortodoxa consistirá em observar os fluxos e refluxos monetários que reproduzem o processo econômico do capitalismo que consiste na trajetória da produção à distribuição. Segundo Caio Prado, os clássicos se preocupavam acima de tudo com o sistema de trocas, dando à moeda um papel de intermediária das mesmas. A forma monetária representa o início e o fim do processo de circulação do capital. Assim, para o autor a Lei de Say que subestima a moeda e considera a troca como um todo inseparável, está embasada em fundamentos falsos, não havendo nos economistas clássicos nada de novo. A teoria econômica do capitalismo e a Economia Política se constituem com a liberdade dos indivíduos. O conjunto ideológico que acompanha a Economia Política é o liberalismo, que a partir do século XVIII na Europa, orientou os homens pregando a liberdade econômica. No mundo capitalista o grande artífice é a burguesia que faz somente o que convém aos seus interesses. O lucro condiciona o funcionamento do sistema e é essencial no processo de inversão, pois é a principal causa e estímulo para as inversões. O lucro passa a receber maior importância, surgindo na obra de Keynes mesmo que indiretamente sob forma de eficiência marginal do capital, que na obra keynesiana é um dos principais fatores do capitalismo.

> Realmente é o lucro, mais que outro fator ou circunstância qualquer do capitalismo que caracteriza o sistema. É assim pelo menos, ou deve ser para a análise econômica (PRADO JÚNIOR, 1961, p.81).

O elemento central do sistema capitalista é o lucro, fonte de riqueza, receita e de domínio da burguesia, classe fundadora do sistema. O lucro acumulado gera a acumulação do capital que objetiva mais lucro e uma nova acumulação do capital. O dinamismo do capitalismo é o ciclo produtivo, que forma e reforma o capital, resultando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mercadorias, ocasionando as crises de superprodução. Com o amadurecimento do capitalismo, as oportunidades de inversão declinam e a produção e o consumo não encontram compensação e as crises econômicas se agravam (desemprego, regime social e político precários) havendo necessidade de uma nova teoria que interprete e previna a crise. Portanto dessa maneira, Caio Prado evidencia a utilização do método dialético na obra de 1957, e isso fica claro ao expormos suas críticas às teorias tradicionais.

Com o que foi enunciado anteriormente, pode-se concluir que as teorias impostas ao Brasil sempre foram de especificidade dos países desenvolvidos, que diferentemente, não têm em sua gênese o caráter dependente, primário-exportador e colonial. Na teoria ortodoxa os mercados internos e externos se equiparam e são subdivisões do mercado em geral. No Brasil, isso não ocorre e percebe-se um mercado interno à parte e individual. O consumo internacional dos gêneros produzidos no Brasil criou as condições para a instalação e organização no território brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1968). A nacionalidade brasileira se estruturou com o mercado direcionado ao exterior. O mercado interno, por sua vez, não se equipara ao mercado externo, muito menos ocorre em paralelo com o mesmo, mas é uma função do próprio, ou seja, derivava dele. O Brasil tem assim, papel subalterno e dependente, organizando-se com um único objetivo, o de satisfazer as necessidades das economias internacionais (PRADO JÚNIOR, 1957). Seus fundamentos econômicos estarão em função do mercado externo e suas atividades dependerão sempre da receptividade e da rentabilidade desse mercado.

> (...) é um tal fornecimento para o exterior que promove o crescimento do país, determina os seus padrões de riqueza, e pois o consumo e mercado interno que por seu turno estimularão atividades produtivas voltadas para esse mesmo mercado interno (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 140).

Contraditoriamente, as insuficiências do mercado externo devido à guerra de 1945 e as depressões econômicas causadas pela crise de 1929, deterioraram a capacidade de importar do Brasil ocorrendo um aumento da dinâmica interna e gerando o processo de substituição das importações, que resultou o processo de industrialização (TAVARES, 1972).

Percebemos assim, que há o predomínio da função exportadora. A indústria que se constitui depende dos produtos semielaborados e matérias-primas do exterior. Essa conjuntura econômica brasileira de se mostra incapaz de difundir a vitalidade econômica do país, permanecendo um sistema obsoleto que coloca obstáculos ao desenvolvimento. Devido a essas características, Caio Prado Júnior busca em sua obra mostrar a necessidade de uma teoria que seja real e atenda as necessidades de países diferentes em relação ao tipo de colonização e que apresente uma economia atrasada. Estudar a teoria econômica para Caio Prado Júnior é imprescindível, já que o autor tenta ao longo da obra de 1957 criticá-la, sugerindo posteriormente uma nova teoria que se adeque às características brasileiras. Desta forma, Prado Júnior faz uma reflexão sobre o tema em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, que como o próprio nome diz esboça a teoria econômica tentando ressaltar as dificuldades da adaptação ao Brasil.

Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica: **compreendendo as peculiaridades do Brasil**

A obra de 1957 possui um caráter especifico das demais citadas inicialmente, que contemplavam sempre a história da economia brasileira e o atraso nacional. Caio Prado Júnior sem abandonar o cerne de sua preocupação com a relação passado/presente, aborda a teoria econômica como um preâmbulo para apresentar o melhor instrumental para compreender os dilemas do presente, no qual a economia, em sua conexão com a história brasileira, assume importância central. Para tanto, iremos revisar o conceito do autor sobre o capitalismo e o seu diagnóstico sobre os problemas do Brasil e dos países subdesenvolvidos, introduzidos em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*.

Caio Prado apresenta na obra o capitalismo como uma organização da sociedade moderna, das relações econômicas e das teorias interpretativas dessa organização. Esse capitalismo resulta em uma política econômica que reage sobre a organização e a modifica, conforme suas regras. Porém, nos países subdesenvolvidos o capitalismo se instaurou de maneira atrasada e se deparou com uma realidade completamente diferente dos países desenvolvidos. Surge daí, a necessidade de uma teoria econômica que se aplique e se inspire nas reais necessidades dos países atrasados em relação aos outros. Essa visão mostra um lado particular e único, até então nunca abordado pelo autor.

Prado Júnior analisou o fator econômico desde sua gênese e natureza no ato da troca de bens até a etapa de mercantilização desses mesmos bens, incluindo a força de trabalho que constitui a base de um sistema de organização econômica chamada capitalismo. Evidencia ainda, que existem diferentes concepções e teorias econômicas, dissertando desde os antigos interpretes até os mais atuais, os economistas clássicos, socialistas e os keynesianos. Ao se relacionar com o capitalismo

mundial, a economia dos países subdesenvolvidos passou a funcionar para cumprir os objetivos que não eram os seus. A economia se torna débil e instável ao atender os interesses externos, não tendo autonomia e força própria, direcionando-se sempre à produção que atendesse as demandas internacionais.

> Enfim, a riqueza de Caio Prado consiste em ter qualificado a especificidade do estado de incerteza perante o desconhecido que é característico das economias capitalistas de origem colonial que não superaram sua posição subalterna na economia mundial (SAMPAIO JÚNIOR, 1997, p.111).

A originalidade de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é fazer um debate até então não discutido em sua obra: o uso inadequado de teorias econômicas desenvolvidas e formuladas para países capitalistas, em economias periféricas com necessidades características e especificas.

Em 1957, Caio Prado passou de um diagnóstico histórico-conceitual da economia brasileira para uma análise das teorias econômicas. Com isso procurou deixar explícito o 34 papel inapropriado da teoria ortodoxa no cenário brasileiro. Este cenário, segundo o autor, tinha as peculiaridades de um país dependente e atrasado, formado com bases coloniais que o afastava dos até então países desenvolvidos. O modelo ortodoxo não compreendia a realidade brasileira, suas deficiências, necessidades e especificidades, encaixando-a em um panorama mundial que não fazia parte de suas reais possibilidades de desenvolvimento. Salienta ainda que a análise e a interpretação dos fatos econômicos dependem das experiências que determinaram a teoria, ou seja, uma prática da ação.

Na economia o mais importante é compreender os fatos relativos à produção e distribuição dos bens gerados, dando destaque ao processo tecnológico, responsável pela elevação da capacidade produtiva acima do nível mínimo de subsistência resultando um excedente (PRADO JÚNIOR, 1957). Na teoria ortodoxa cada país possui diferentes níveis de desenvolvimento, podendo ser até mesmo nulo ou negativo, e que mesmo com essas diferenças devem acompanhar a trajetória econômica mundial. O desenvolvimento nessa teoria consiste no progresso econômico, medido pela renda nacional per capita, baseando-se puramente em aspectos quantitativos. A teoria econômica ortodoxa (teoria do capitalismo) quando transportada para os países subdesenvolvidos, evidencia o caráter periférico e complementar dos mesmos, tendo como fundamento os interesses privados representados pelos grandes trustes internacionais. Essa teoria passa a apresentar somente caráter de fornecedoras de produtos primários das economias subdesenvolvidas. Caio Prado classifica o ortodoxismo como simplista de natureza falha e insuficiente. O subdesenvolvimento, sobretudo em países como o Brasil, não é definido pelo grau de desenvolvimento e progresso ou muito menos pela renda nacional, mas sim pela posição específica que ocupa no sistema capitalista. Países subdesenvolvidos possuem posição periférica e complementar, sendo subordinados e dependentes, geralmente fornecedores de

produtos primários como no caso brasileiro, servindo aos interesses dos países dominantes do sistema (PRADO JÚNIOR, 1957).

No decorrer da obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957) Caio Prado nos remete ao seu principal argumento de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), ou seja, a superação do passado colonial brasileiro e reestruturação em bases nacionais do país como solução para o problema do subdesenvolvimento. Prado mostra a universalidade dada à teoria econômica, enfatizando que não existe uma ciência econômica total e absoluta que tenha princípios e leis aplicáveis generalizadamente. A acumulação capitalista e a inversão do capital formado condicionam e promovem o desenvolvimento capitalista e o progresso tecnológico. A acumulação nos países subdesenvolvidos impulsiona atividades alheias, não havendo nenhum estímulo interno e a formação de capitais nesses centros periféricos, por sua vez, é destinada ao exterior através das importações que sugam o poder aquisitivo interno, desequilibrando produção e consumo. A falta de produção interna faz com que a inversão, além de depender da acumulação, dependa também da disponibilidade de recursos em moeda internacional, gerando uma situação especial no funcionamento das economias subdesenvolvidas, questões essas que não estão presentes nas teorias econômicas tradicionais. O processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito à acumulação e a inversão, possui aspectos peculiares que as teorias econômicas correntes não consideram. Aspectos como a especialização na produção de gêneros primários destinados à exportação de algumas necessidades, como as manufaturas via importação.

A solução para o desequilíbrio das contas externas dos países periféricos segundo Prado (1957) é uma política econômica permanente, capaz de aproveitar ao máximo os esforços e recursos transformando a economia periférica em uma economia apoiada em bases nacionais, eliminando qualquer intervenção privada no comércio e nas transações com o exterior. A ação pública deve se tornar ativa e visar objetivos além do alcance privado, objetivos tais como libertação do trabalho, repartição dos benefícios econômicos, socialização dos meios de produção, etc.

Era necessário se preocupar com bases sociais, com o sentido histórico dos países dependentes e o sentido de sua colonização. Pensando nisso a proposta de Caio Prado é uma nova teoria econômica que deve ser aplicada nesses países com características tão peculiares, levando em conta fatores específicos das economias subdesenvolvidas. Os países periféricos não devem deixar de ser considerados participantes do sistema capitalista, mas integrados ao mesmo, estruturando-se numa economia própria e nacional. O capitalismo consiste na mercantilização generalizada, penetrando no interior do processo de produção onde a força de trabalho é englobada nas trocas. Sua principal característica é sempre voltar ao ponto de partida, sendo então circular. No sistema capitalista há um consumo direto da força de trabalho e um consumo indireto dos meios de

subsistência dos trabalhadores, que são os principais produtores, resumindo-se todos os atos em operações de trocas. Assim a troca sempre implicará em produção e consumo. Segundo Prado Júnior no sistema capitalista existem os fatores de produção que se dividem em trabalhadores ou produtores que possuem a força de trabalho e em proprietários dos bens de produção. Assim, o processo produtivo compreende na troca de força de trabalho por meios de subsistência, recebendo o trabalhador do proprietário dos bens de capital um salário ao vender sua força de trabalho e comprando desses mesmos capitalistas os meios de sua subsistência.

O processo de produção capitalista consiste em: aos trabalhadores dirigem-se os meios de subsistência necessários à reposição de sua força de trabalho, conservando-se para desempenhar a força de trabalho sempre. Os produtores recebem o retorno de seus bens ou um equivalente do mesmo e mais o excedente dessa produção, dando sentido ao processo.

> Esse, em linhas gerais, o sistema capitalista e a maneira pela qual nele se resolvem as questões propostas a qualquer sistema econômico: o que produzir, quanto produzir, para quem produzir (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 52).

Constata-se, portanto a real motivação para a existência do Brasil: a exploração de seus bens primários, evidenciando as falhas das teorias até então impostas ao nosso sistema subdesenvolvido. Caio Prado salienta na obra, que há uma grande necessidade de se criar algo realmente brasileiro, uma teoria que compreenda as dificuldades e particularidades do país.

A teoria do Desenvolvimento Econômico para Caio Prado

Caio Prado Júnior inicia com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942 a sua posição com a formação da Nação, entrando em linha de consideração os problemas sociais expressos na incorporação da massa inorgânica da sociedade. *Formação do Brasil Contemporâneo, História Econômica do Brasil e História e Desenvolvimento* têm como principal objetivo compreender o passado colonial brasileiro, observando as características e peculiaridades de sua formação e os desdobramentos da dependência externa. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é discutida neste trabalho para a compreensão da passagem de um diagnóstico social para um diagnóstico econômico dos impasses do presente, sem, entretanto, deixar de considerar a relação passado/presente que Caio Prado Júnior formulou no livro de 1942 e que permanece no conjunto de obras referidas acima.

A reflexão sobre o desenvolvimento econômico se tornou uma instância privilegiada para pensar os dilemas brasileiros nas décadas de 1950 e 1960. As inversões externas realizadas em países

periféricos remuneram o capital invertido, sendo a maior parte delas nos países subdesenvolvidos, ligadas à produção para exportação, aplicando-se também diretamente na produção de matéria-prima e gêneros alimentares exportáveis e indiretamente no transporte de produtos exportáveis e no financiamento da produção e no comércio de exportação. A inversão nos países subdesenvolvidos não abre perspectivas para novas atividades, diferente dos países europeus e norte-americanos. Tem-se assim, a Teoria Imperialista (PRADO JÚNIOR, 1957).

Os países subdesenvolvidos além de exportarem produtos para os países periféricos também instalam suas filiais nos mesmos, onde a mão-de-obra é barata. Essas instalações visam unicamente prologar suas empresas e criação de uma seção de acabamento de seus produtos, visando ampliação de vendas e ocasionando um desequilíbrio do balanço de contas externas dos países subdesenvolvidos, tornando difícil a regularização dos débitos internacionais desses países. Os países coloniais e semicoloniais da Ásia, América e África, não se estruturam em formas e relações próprias do sistema capitalista.

Os países subdesenvolvidos dependem em alto grau da importação, devido à insuficiência de sua produção industrial e a exportação limitada no volume e no preço dos produtos exportados, tornando-se os déficits mercantis cada vez maiores, comprometendo a vida econômica. Assim, ocorre um desequilíbrio entre o que o país deve e o que pode pagar, sendo a correção alcançada através de novas inversões, tornando o endividamento dos países periféricos progressivo. Os empreendimentos estrangeiros somente ocasionam desordem nos países subdesenvolvidos, fazendo com que a estruturação do capitalismo nacional fique sempre em segundo plano, apoiando-se em finanças desorganizadas e em bases aleatórias.

O desenvolvimento através das inversões estrangeiras realizadas pelos trustes internacionais é precário e limitador, pois gera novas obrigações e reduz ainda mais a capacidade dos pagamentos externos, criando-se um círculo vicioso. Essa dependência dos países periféricos com o decorrer dos séculos muda somente de caráter, ou seja, ao se tornar quantitativamente menos dependente após a decadência do modelo tradicional de desenvolvimento o país muda qualitativamente a natureza de sua dependência ao assumir o modelo de substituição de importações.

O processo de formação do Brasil é desenvolvido através da noção de “sentido da colonização”. Segundo o autor, todo povo possui um sentido, que deve ser compreendido para um estudo detalhado de sua evolução. Assim, para entendermos a história brasileira, devemos encontrar o seu sentido histórico. O sentido da colonização seria atender aos interesses comerciais exteriores, da metrópole durante o período colonial, das nações desenvolvidas no Brasil pós independência. Mesmo com o passar dos anos o Brasil continuou com caráter 55 dependente. Esse argumento central do autor deixa visível sua posição sobre o assunto, ou seja, mesmo com a industrialização e

diversificação econômica o Imperialismo continuou a perdurar até os dias atuais em virtude do sentido da colonização que está presente no panorama econômico brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2011).

Ao longo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor critica o espírito mercantil e individualista da sociedade portuguesa colonial, assim como em História e Desenvolvimento. Podemos depreender, portanto, que o desenvolvimento econômico para Caio Prado Júnior consiste na superação do sentido da colonização. Ou seja, na superação da determinação externa de toda a estrutura econômica e social do país, o processo histórico é quem mostra onde a questão do desenvolvimento se encontra, e o uso desse método histórico é claro na obra de *História e Desenvolvimento* de 1968. O país deveria então, estimular a produção que atendesse o mercado interno e criasse um espaço econômico de "existência autônoma". O passado colonial brasileiro é o principal responsável pelas deficiências que limitam o desenvolvimento. Dessa forma, dada a insuficiência estrutural da economia brasileira, o autor argumenta que a relação do país com as grandes potências capitalistas é sempre dependente e subalterna. O desenvolvimento econômico vai assim, além da difusão de técnicas modernas e da industrialização. Necessita-se de uma compreensão histórica da realidade e uma prática teórica fundamentada na realidade brasileira.

Caio Prado Júnior caminhou em direção à uma conclusão que foi estabelecida com a publicação de *História e Desenvolvimento* em 1968. Nessa obra o autor contextualiza tudo o que foi discutido anteriormente nas outras obras publicadas. Foi em 1968 que concluiu a importância da história na realidade do Brasil, a necessidade da superação de um passado colonial e a dificuldade na adaptação das teorias prontas que nos foram impostas. Prado Júnior, constatou em 1968 o que havia iniciado em 1957, ou seja, ressalta a ausência da inserção da história nas teorias que tanto havia criticado em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, ressaltando que o elemento histórico, fundamental para a elaboração de uma teoria que abarcasse as reais necessidade brasileiras, havia sido sempre eliminado de qualquer compreensão sobre o desenvolvimento. Compreendido esse salto de Prado Júnior em relação ao pensamento econômico, cabe agora nos determos na explicação das possíveis perspectivas para ação e se esse tipo de teoria foi diretamente proposto no decorrer de sua trajetória intelectual.

Considerações Finais

Perspectivas para Ação

Ao decorrer do presente trabalho percebemos que a partir de *Esboço dos Fundamentos Teoria Econômica*, Caio Prado muda a maneira como procura compreender os problemas do presente e realiza uma reflexão sobre os anos 50, década em que a obra foi publicada. Já foi discutido anteriormente que o objetivo principal de Caio Prado Júnior é encontrar respostas para o presente utilizando do marxismo e criticando as teorias econômicas e as outras formulações marxistas que não levavam em conta a realidade específica dos países subdesenvolvidos.

Na obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, que lança luz sobre os conceitos econômicos que servem de base para as análises de Caio Prado Júnior, fica evidente o equívoco de Guido Mantega em *A economia política brasileira*, quando o mesmo afirma que os pensadores brasileiros fundamentaram suas análises sobre a economia brasileira através da releitura econômica convencional, como a clássica, marxista, neoclássica, keynesiana e outras, não considerando as especificidades e peculiaridades do Brasil, aplicando modelos de interpretação do capitalismo internacional e desenvolvido. Nessa afirmação, Mantega não reconhece o importante papel de Caio Prado em tentar pela primeira vez no pensamento econômico brasileiro debater a inadequação das teorias dos países subdesenvolvidos. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* trouxe um questionamento sobre as teorias internacionais para países desenvolvidos em uma realidade como a do Brasil. Portanto, Caio Prado não se inclui nessa gama de pensadores que somente adaptam modelos teóricos ao país.

Caio Prado busca no decorrer da obra uma teoria que leve em consideração a especificidades desses países subdesenvolvidos, atribuindo à história papel fundamental para a compreensão das economias coloniais e atrasadas. Cada país tem suas especificidades e no caso dessas economias periféricas o processo histórico tem suma importância, não se adaptando a nenhuma teoria pronta, vindo daí a necessidade de se construir uma teoria para esse caso específico. A ideia de que as teorias econômicas existentes no Brasil nos foram impostas, sem sequer realizar uma análise da real situação de um país, que como já enunciado pelo autor em 57 1942 na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, possuía como único sentido de existência: a colonização para exploração. O autor dedica a obra de 1957 a uma minuciosa análise da teoria econômica concebida nos países desenvolvidos, até então utilizada em países periféricos.

> Os diversos artigos publicados na Revista Brasiliense a partir de 1955, os livros "Esboço dos fundamentos da teoria econômica" (1957) e "Diretrizes para uma política econômica brasileira" (1954), fundamentaram uma posição que era ao mesmo tempo nacionalista, ao postular a afirmação da nação através de uma economia voltada ao mercado interno e ainda (pelo menos nos anos 50) dentro dos marcos do capitalismo, e radical, por rejeitar a possibilidade de que o capital estrangeiro pudesse ter qualquer papel progressista na constituição de uma economia daquele tipo (COLISTETE, 1990, p. 108).

A obra consiste em uma análise do fator econômico/teoria econômica, discutindo desde a troca de bens até a mercantilização dos bens e do trabalho humano, compreendendo o capitalismo como uma organização econômica. Analisa-se assim, as diferentes concepções e teorias econômicas da organização capitalista. A conclusão de Caio Prado é a necessidade de uma teoria que compreenda a economia dos países desenvolvidos.

> Em outras palavras, o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõem-se uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 212).

Fica, portanto evidente, o foco de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* e sua mudança em relação às demais obras de Caio Prado Júnior. Enquanto nos anos anteriores à década de 1950 as obras tinham um caráter social e histórico, essa obra em especial tem um foco econômico, visando discutir as falhas da teoria econômica, importadas pelos países periféricos. Ao expor o diferencial da obra chegamos ao momento final do presente trabalho. A seguir destacaremos como Caio Prado Júnior concluiu o que iniciou em 1957 e a importância dada aos aspectos históricos, até então não levados em consideração na formulação das teorias econômicas.

A importância da obra *História e Desenvolvimento*

No conjunto de produção de Caio Prado Júnior História e Desenvolvimento aparece como obra posterior a Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica, sendo publicada em 1968. Caio Prado realizou uma compreensão crítica do desenvolvimento, tentando elaborar uma política econômica particular para o mesmo. Nesta obra, o autor retoma o lugar da história, depois de ter se dedicado ao estudo da teoria econômica, enfatizando a importância da mesma nas análises econômicas do presente. O que o livro História e desenvolvimento representa é a retomada das preocupações de Formação do Brasil Contemporâneo, com um diferença importante: enquanto no livro de 1942, o diagnóstico do presente foi feito tendo como eixo a Formação da Nação e as dificuldades em superar as clivagens sociais do setor inorgânico da sociedade, em História e desenvolvimento o diagnóstico sai do campo social e vai para a esfera econômica, fazendo eco às discussões no Brasil dos anos de 1950. Para esse salto no diagnóstico do presente, tem-se como momento fundamental nas reflexões de Caio Prado Júnior a obra Esboço dos Fundamentos da Teoria

Econômica, onde empreende uma epistemologia da ciência econômica, para fundamentar suas análises sobre o presente.

Cabe aqui discutir brevemente as principais discussões na obra de 1968. História e Desenvolvimento evidencia a busca dos antecedentes da problemática atual através de pesquisas sobre a evolução histórica brasileira e a formação econômica e social do país. Segundo Caio Prado, a problemática atual circulava em torno das possibilidades de "desenvolvimento", afirmando que só através do mesmo o país poderia alcançar o nível e os padrões da civilização moderna. No caso brasileiro, o foco é o "subdesenvolvimento", que abarca países com capitalismo não completamente amadurecidos ou não se insere na forma clássica na qual o capitalismo se desenvolveu.

O processo histórico brasileiro é marcado pela dualidade de seu sistema econômico: de um lado, a tradicional produção de gêneros primários para a exportação e do outro, o emergente mercado interno que traz consigo a indústria. São dois setores que andam separadamente e nunca recobrem um ao outro. Produtos primários como a castanha-do-pará, o café, o cacau e tantos outros, tinham como sentido econômico e único a exportação (PRADO JÚNIOR, 1968).

A indústria (PRADO JÚNIOR, 1968) no Brasil substituiu as importações e desenvolveu uma atividade voltada para o mercado interno. A divisão da estrutura econômica brasileira em dois setores, interno e externo, condiciona seu crescimento econômico e o desenvolvimento. Teorias consideradas clássicas sobre o desenvolvimento voltam-se à renda per capita e o ritmo das inversões, que é o que condiciona as flutuações dessa renda. Porém, como já imaginado, a teoria ortodoxa, mostra-se incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares dos países subdesenvolvidos.

> A teoria ortodoxa fica no simples relacionamento das inversões, em nível de alta abstração, com o processo de acumulação capitalista que por seu turno se liga esquematicamente à poupança conceituada simplesmente como excedente da receita acima das despesas de consumo (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 135).

No Brasil, o processo de capitalização é realizado já na produção, originando-se de lucros que não foram distribuídos, revertendo-se na própria produção. Nossa produção sempre esteve voltada para o mercado e condicionada a ele. O progresso econômico brasileiro sempre esteve ligado às conjunturas comerciais favoráveis aos nossos produtos exportação (PRADO JÚNIOR, 1968).

> O capital, as inversões, as atividades produtivas e tudo mais, até mesmo os índices demográficos, se condicionam direta e imediatamente àquela conjuntura. São seu reflexo e sua consequência (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 138).

A importância de citar neste trabalho a obra posterior à *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é mostrar ao leitor que Caio Prado Júnior foi além de apensas sugerir uma nova teoria

econômica que contemplasse as necessidades dos países periféricos. Caio Prado concluiu em *História e Desenvolvimento* a análise que iniciou em 1957, ou seja, a proposta da criação de uma teoria que contemplasse a realidade periférica, atrasada e direcionada aos interesses internacionais da economia brasileira. Em *História e Desenvolvimento* ele deixa implícito que o grande diferencial dessa teoria seria acrescentar à ela os fatores históricos do Brasil, como a excessiva dependência em relação ao capital internacional, a colonização para a exploração dos bens primários, a imitação dos padrões de consumo externos, entre outros.

Ao escrever em 1968 Caio Prado mostra que não há uma teoria econômica pronta para países como o Brasil, mas o que existe é uma interpretação histórica dos dilemas econômicos do Brasil, que são explicados pelo passado e que nunca foram considerados pelas teorias clássicas impostas aos países subdesenvolvidos. Concluímos assim, que a formulação de uma teoria que contemplasse a realidade brasileira, deveria primeiramente fazer uma interpretação histórica dos dilemas econômicos do Brasil, que são explicados pelo passado.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CÂNDIDO, ANTONIO. "A revolução de 30 e a cultura". Novos estudos Cebrap. São Paulo, v. 2, n. 4: abril de 1984, pp. 27-36.

COLISTETE, Renato P. O desenvolvimentismo e seus criticos: as ideias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50. 1990. 310 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1990.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões Marxistas. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.

DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DROUIN, Jean-Claude. Os grandes economistas. 1ª ed. São Paulo: Martins, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. Revista Brasileira de Economia [online]. 2000, vol.54, n.3, pp. 333-358. ISSN 0034-7140. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402000000300004 Acesso em: 28 de maio de 2014.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IUMATTI, Paulo. Caio Prado Jr: uma trajetória intelectual. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

KORNIS, Amanda Almeida. Sociedade e Cultura nos anos 1950. Disponível em: Acesso em: 10 de abril de 2014. LESSA, Carlos. Projetos estruturantes e o desenvolvimento nacional. Jornal Valor Econômico, jul. 2006. Disponível em: . Data de acesso: 3 jul. 2014.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 10ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. 1979. 232 f. Tese de Livre Docência - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1979.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011, v. 2.

OREINSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKY, Antonio C. Democracia Com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PERES COSTA, Wilma. Reseña de "Aproximações: estudos de história e historiografia" de Fernando Novais. Revista Brasileira de Ciências Sociais [On-line] 2006, 21 (junho): [Data de consulta: 19/jan/2014]. Disponível em: <http://www.redalyc.org:9081/home.oa?cid=2574420>.

POSSAS, Maria S. Maria da Conceição Tavares. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. História e Desenvolvimento: Tese de Livre-Docência para a Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 46ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico na América Latina e alguns de seus principais problemas". In: Prebisch, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Organização e Introdução de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto Editora / Centro Celso Furtado: 2013.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34. 2000. REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. São Paulo: Revista Brasileira de História. Vol. 19, nº 37, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Entre a Nação e a Barbárie. Biblioteca Central da Unicamp, 1997. SECCO, Lincoln. O Marxismo de Caio Prado Jr. Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/oMarxismoDeCaioPradoJr.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VIANNA, Sérgio B. Duas tentativas de Estabilização: 1951-1954. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIANNA, Sérgio B. Política Econômica Externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889- 1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.